



APAEs receberão recursos mensais do Fundo Social

Voluntários e funcionários das APAEs, provenientes de todo o Estado, lotaram as galerias da Assembleia Legislativa para acompanhar a votação, na tarde do dia 6, do Projeto de Lei nº 422/05. Encaminhado à Casa no dia 19 de outubro pelo governador em exercício, deputado Julio Garcia (PFL), a proposta destina 1% dos recursos do Fundo Social às APAEs de Santa Catarina. A verba será distribuída de acordo com o número de alunos de cada escola.

Os 34 deputados presentes à sessão votaram a favor do projeto. "A conquista da unanimidade se

deu graças à sabedoria e a sensibilidade social de cada um dos parlamentares presentes nesta sessão", comemorou Garcia. Em média, poderá ser destinado R\$ 1 milhão a cada mês às 185 associações, beneficiando mais de 15 mil alunos, a partir de janeiro de 2006.

O presidente da Federação das APAEs de Santa Catarina, Jairo Cascaes, emocionado, contou que Garcia, durante sua campanha para a reeleição, prometeu buscar uma solução para a manutenção das Associações. "Com a aprovação deste projeto, consideramos a promessa cumprida", concluiu.

Página 8



Pais, amigos e professores das APAEs de todo o Estado acompanharam a votação



Apresentação de alunos especiais na sessão em homenagem às APAEs, no dia 2. Confira na página 3

Estado terá programa de prevenção à violência infanto-juvenil

Santa Catarina terá um programa específico para prevenir a violência e a exploração sexual infanto-juvenil, assim que for sancionado pelo governo estadual, o Projeto de Lei nº 365/05, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), aprovado em Plenário na tarde

de terça-feira (6). Denominado Radar, o Programa de Política Estadual de Prevenção, Identificação e Coibição de Práticas de Violência ou de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado será implementado pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Página 8

Estudantes aprendem a legislar

As 40 cadeiras do Plenário Osni Régis foram ocupadas, durante todo o dia 8, por estudantes eleitos nas escolas catarinenses, públicas e particulares, na primeira edição do Programa Parlamento Jovem. O Programa foi idealizado pela deputada Ana Paula Lima (PT) e é coordenado pela Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Celestino Secco (PP). Os jovens desenvolveram atividades comuns no dia-a-dia dos legisladores.

O presidente da Casa, deputa-

do Julio Garcia (PFL), na solenidade de abertura, afirmou que "a participação dos jovens ajudará na formação e no surgimento de novas lideranças políticas". Além de Garcia, Ana Paula e Celestino Secco, a Mesa de abertura contou com a participação do líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB) e do presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes), Tiago Andrino. Na próxima edição, o AL Notícias traz a cobertura completa das atividades dos jovens deputados.

Eduardo Guedes de Oliveira



Primeiro passo foi a eleição dos integrantes da Mesa

Escola do Legislativo: O êxito de um projeto

A Escola do Legislativo de Santa Catarina atendeu, no último dia 7, um dos mais ousados e inteligentes projetos: trata-se do programa Parlamento Jovem, que dá a oportunidade para 40 alunos vivenciarem a experiência parlamentar. Durante dois dias, nessa primeira etapa do Programa, os alunos transformaram-se em deputados, seguindo todos os trâmites e rituais do Parlamento, iniciando os trabalhos com eleição da Mesa. Nessa primeira fase foram selecionados alunos do Colégio Cruz e Sousa, de Lages; da Escola Básica João dos Santos Areão, de Santa Rosa do Sul; da Escola Básica Cecília Rosa Lopes, de São José e da Escola Básica Professor Zelindo Carboneta, de Marema. Foram selecionadas medianamente sorteio, entre 75 escolas inscritas.

Estamos vivendo um envelhecimento dos políticos e precisamos formar novas lideranças, uma sociedade mais crítica, e é fundamental que os deputados-juvenis mudem essa relação, pois há uma profunda falta de renovação. Tenho certeza de que, com essa iniciativa, teremos um despertar para a cidadania e para a Ciência da Política, além de estimular vocações para a Política.

O Programa Parlamento Jovem é, com certeza, mais uma bem-sucedida iniciativa da Escola do Legislativo que compreende que o papel do Parlamento vai muito além de apreciar e votar projetos de lei e dar palanque a belos discursos: ele tem o compromisso constitucional e institucional de fiscalizar a aplicação dos bens e valores públicos, qualificando

o debate político na direção de aprimorar as políticas públicas. É aqui que se insere a Escola do Legislativo, como ferramenta de mediação entre os anseios, aspirações e necessidades das pessoas, da missão do parlamentar de aprovar esses projetos de políticas públicas.

A Escola do Legislativo, que no dia 12 será homenageada com sessão solene na Casa pelos seus cinco anos de existência, surgiu como uma grande idéia, hoje consolidada como uma bela realidade. A missão que abraçamos ao assumir a sua presidência foi a de, antes de tudo, reconceituar a sua dimensão, conduzindo-a a exercer seu papel de ferramenta de mediação que é extensão do novo papel do Parlamento.

Um trabalho como esse não poderia ser levado a efeito sem a participação e a parceria efetiva das universidades, das escolas em geral, e de instituições como a Academia Catarinense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico, Instituto de Contas do TCE, Escola de Governo, Escola da Magistratura, enfim, que atuem e trabalhem nessa dimensão da formação cultural da cidadania. Precisamos da forte atuação dos prefeitos, dos vereadores e das suas associações regionais, das ONGs e Oscips e dos mais diversos segmentos sociais organizados para que, juntos, possamos perseguir os melhores caminhos para a execução de políticas públicas que sirvam para valorizar as diferenças e reduzir as desigualdades de acesso aos bens públicos.

Deputado Celestino Secco
Presidente da Escola do Legislativo de SC

A história do PT precisa ser valorizada

Uma música de Zé Geraldo, chamada "Galho Seco", traz em seu verso de abertura uma forma de pensar muito parecida com a que milhares de petistas devem estar desenvolvendo agora: "Pensei até em enrolar minha bandeira e dar no pé. Eu pensei até em jogar fora a minha história, os documentos e aquela fé." Pensou. Mas não fez. Exatamente assim agem os verdadeiros petistas, sejam históricos ou recém-chegados ao Partido dos Trabalhadores. Permanecem no PT, mantendo a cabeça erguida, o orgulho de sempre, e dão ao partido um estímulo jamais imaginado. E certamente não calculado por nossos adversários.

Não é mesmo momento para recolher a bandeira e se retrair. E a militância petista, grande diferencial e grande trunfo, também não pode se acomodar achando que eleger o presidente da República põe fim à tarefa de mudar este país. Os petistas sabem que não é o Lula o agente de mudança do Brasil. Nem é o PT. Ao eleger o Lula, elegemos não uma pessoa, mas uma proposta, um projeto para o Brasil. Proposta, aliás, que a direita, capitalista e neo-liberal, não aceita justamente porque representa, em médio e longo prazos, o fim de suas regalias.

Como contribuir, então, para que este governo perdure e dê certo? Só existe uma forma: man-

ter a mobilização dos movimentos sociais e sindicais, do campo e da cidade. Nossa missão, agora, é ampliar a consciência da sociedade com os exemplos que nossos adversários políticos produzem sem parar. A reação deles, a raiva que têm de nós, ao ponto de dizer que somos uma "raça" que precisa ser exterminada, e a ansiedade em produzir denúncias, usando o velho método de que uma mentira repetida muitas vezes acaba virando verdade, são fatos que demonstram o desespero destes que sempre tiveram o poder do país em suas mãos. E, observem, os ataques se acirram na proporção em que se aproxima 2006, ano de eleições. Cegos de ódio pela classe trabalhadora e pelos mais humildes, preferem não enxergar tudo o que já foi feito por nosso governo.

O povo brasileiro nos deu uma responsabilidade. Nós aceitamos o desafio. Se a direita conseguir seu intento, impedindo a conclusão do governo Lula ou a sua reeleição, será uma derrota para o povo brasileiro e serão necessárias muitas gerações para que retomemos o caminho para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Uma sociedade socialista! Por isso, para 2006, meu maior desejo para os catarinenses e para os brasileiros é que este governo possa continuar trabalhando.

Deputado José Paulo Serafim (PT)

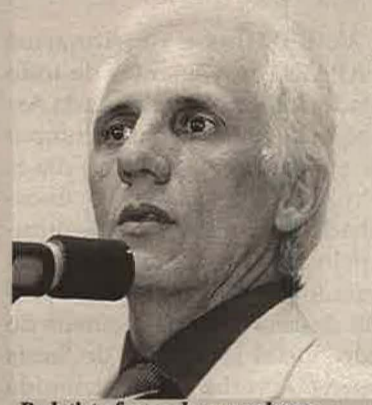
Errata

Na edição anterior do *AL Notícias*, na página 10, por problemas técnicos, a foto do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), foi publicada na matéria referente ao deputado Nilson Nelson Machado - Duduco, líder do PDT na Casa. Nesta edição, o leitor pode conferir o material correto.

Duduco pede reativação de auxílio-creche

O deputado Nilson Nelson Machado - Duduco, líder do PDT, pediu apoio do Parlamento para que o programa SOS Criança seja reativado. O parlamentar disse que fará um pedido ao governador para que o programa seja institucionalizado junto a alguma Secretaria de Estado.

Duduco esclareceu que o projeto serviu de exemplo para diversas capitais, entre elas Salvador, Recife e Curitiba. Entretanto, há aproximadamente seis anos foi desativado. "Estava vendo uma matéria que saiu no *AL Notícias* em que a deputada



Pedetista fez apelo aos colegas

Simone Schramm (PMDB) fala sobre o Fórum que preside sobre exploração sexual infantil. Gostaria que ela também abraçasse a minha causa", conclamou. (DAB)

Agenda

Dia 12, 10h - Projeto Ação Solidária - entrega de brinquedos às entidades cadastradas

Local: Plenário

Dia 12, 14h - Comissão de Saúde - audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 3.638/00, que tramita na Câmara dos Deputados e trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência

Local: Plenário

Dia 12, 19h - Sessão solene em comemoração aos cinco anos da Escola do Legislativo

Local: Plenário

Dia 15, 19h - Sessão solene em homenagem à cidade de Lages

Local: Plenário

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
(presidente em exercício)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Saniori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Cássio Turra, Carlos Paniz, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Dayana Rampinelli, Davi Eielvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Jucimar José Lazare, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaina Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Sessão especial rende homenagem às APAEs

Eduardo Guedes de Oliveira

O trabalho realizado pelas APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Santa Catarina recebeu homenagem especial da Assembléia Legislativa na noite de sexta-feira (2), em sessão solene requerida pelo deputado Sérgio Godinho (PSB). A presidente eleita da Federação das APAEs de Santa Catarina, Rosane Vailatti, e representantes das APAEs de dezenas de municípios catarinenses prestigiaram a solenidade.

Considerado o maior movimento comunitário do mundo, a APAE teve seu primeiro grupo fundado no Brasil em 11 de dezembro de 1954, instituído pela Lei nº 10.242, no Rio de Janeiro. A partir de então, a instituição foi se ampliando e hoje está presente em mais de 1.500 municípios brasileiros.

Godinho abriu a sessão enaltecendo a luta do Movimento Apaeano, que a cada dia busca diretrizes para defender os direitos e desencadear ações em prol da pessoa portadora de necessi-

dades especiais. Com mais de meio século de existência no Brasil, salientou, as APAEs apresentam uma caminhada vitoriosa. Na oportunidade, Godinho assumiu o compromisso de votar pela aprovação do projeto – referendado pelo Plenário na tarde de Terça-feira (6) –, que destina recursos do Fundo Social às Associação. (leia na página 8)

Rosane destacou que o trabalho desenvolvido pelas APAEs catarinenses está além da conquista e valorização da vida desses portadores de deficiência. A inclusão social definitiva dessas pessoas na sociedade, sem discriminações, afirmou, é sua maior meta. Cerca de 230 mil alunos e aproximadamente 4 milhões de voluntários, entre pais e amigos estão envolvidos nesse trabalho. “Queremos a compreensão das diferenças a partir da reivindicação de políticas públicas e do financiamento das escolas especiais”, afirmou.

O presidente da FCEE

(Federação Catarinense de Educação Especial), Pedro de Souza, representando o governador Luiz Henrique da Silveira na solenidade, disse que, apesar das dificuldades, as APAEs vêm adquirindo forças e se estruturando cada vez mais para atender os alunos. “Para o ano de 2006 vamos implantar uma nova política visando ampliar a infra-estrutura em todos os setores, oferecendo não apenas aos portadores de deficiência, mas a toda a sociedade catarinense mais qualidade de vida”, anunciou, tam-



Amélia, com Godinho: 20 anos dedicados às APAEs

bém referindo-se ao projeto de autoria do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL). (TM)

Destaque

Entre os homenageados da noite, ganhou destaque a representante da APAE de São José, Amélia Ludwig, com 20 anos de trabalhos dedicados aos portadores de necessidades especiais. “Se Deus permitir, pretendo trabalhar mais 40 anos em benefício desses cidadãos”, assegurou.

Após as homenagens, foram apresentadas performances sobre a música *De perto ninguém é normal*, com interpretações dos alunos da APAE de Lages, do Coral de Lages e do grupo de Capoeira da APAE de Florianópolis.

Ao finalizar a homenagem, Sérgio Godinho fez questão de ressaltar que atualmente as APAEs buscam vencer obstáculos de ordem financeira, através do Programa Nacional de Auto-sustentação, que compreende a realização de campanhas e projetos. (TM)

Conselho estadual entrega comenda a desportistas

Eduardo Guedes de Oliveira

O CED (Conselho Estadual de Desportos de Santa Catarina), visando homenagear desportistas e entidades esportivas que contribuíram para escrever a história do esporte catarinense, criou a Comenda Institucional, no ano de 2000, sob a denominação de Comenda do Mérito Desportivo. A distinção é outorgada a entidades ou pessoas que merecem o reconhecimento público pelos serviços prestados ao desporto. A sessão solene para a entrega das medalhas e diploma aos homenageados deste ano aconteceu na noite de segunda-feira (5), no Plenário da Assembléia Legislativa.

Desde a criação da Comenda, foram homenageados 87 desportistas e seis entidades. A partir deste ano, o CED criou a Medalha do Mérito Desportivo de Santa Catarina, a ser concedida aos atletas e técnicos catarinenses, ou radicados no Estado, que tenham conquistado títulos em eventos internacionais representando o Brasil.

Marcílio Krieger, falando em nome dos homenageados, lembrou o pioneirismo de Santa Catarina em relação à legislação esportiva e à implantação de um sistema estadual para o esporte, com a criação do Sistema Estadual de Desporto, a Fesporte e o Tribunal de Justiça de Desportos. “O esporte socializa, pois ensina a respeitar os adversários e resgata a cidadania”, comentou.

O presidente em exercício do Conselho Estadual de Desportos, Pedro José de Oliveira Lopes, disse que a comenda reconhece o serviço prestado por pessoas que superaram obstáculos e dignificaram o esporte catarinense. João Manoel de Borba



Entrega das medalhas também é uma forma de agradecer a desportistas e incentivadores

Neto secretário estadual em exercício da Cultura, Turismo e Esportes, enfatizou a oportunidade de relembrar momentos de alegria com a solenidade.

Representando o governo de Estado, o secretário estadual da Educação, Ciência e Tecnologia, Diomário de Queiroz, acrescentou que “o aprender é uma atividade interativa e o esporte aproxima as pessoas, aceitando as diferenças”.

Também participaram da cerimônia o diretor-geral da Fesporte (Fundação Catarinense de Desportos), João Ghizoni, o presidente do Tribunal de Justiça Desportiva de Santa Catarina, Giovani Rodrigues Mariot, o secretário executivo do Ministério dos Esportes, Orlando Silva, o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, e o deputado João Henrique

Blasi (PMDB), líder do governo.

Homenageados

Receberam a comenda os seguintes atletas, personalidades e instituições:

- Alessandro Rosa Vieira – Falcão, jogador de futsal eleito pela FIFA como o melhor jogador do mundo na categoria;

- Carlos Alberto de Melo Dutra e Luiz Carlos Dutra de Melo, medalhas de ouro no 32º Campeonato Mundial de Remo Masters em Glasgow, na Escócia, na prova de *Double Skiff*;

- Odilon Maia Martins, medalha de ouro no 32º Campeonato Mundial de Remo Masters em Glasgow, na Escócia, na prova de *Single Skiff*;

- Tiago Splitter, ouro na V Copa América Adulto Masculino, disputada em Santo Domingo, na República Dominicana;

- Kauli Saedi, campeão mundial de *wind surf wave*, no Circuito Profissional de 2005, no qual venceu as etapas Japão Wave, Pozzo Wave, Nívea World Cup Wave, na Alemanha, e o campeonato dinamarquês Wave. Foi vice nas etapas Portugal Wave e Hawaii Wave;

- Murilo Fischer, ciclista campeão do Ranking UCI Europe Tour 2005;

- Caroline Jéssica Fagundes, Diego Fernando Luchtemberg, Francisco Zenaide Teles, Leonardo Negri e Marcos Samuel Barbosa, pelos resultados conquistados no 22º Campeonato Sul-americano de Levantamento de Pesos Básicos, *Powerlifting*, realizado em Buenos Aires, na Argentina.

- Herber Lebarbechon Poeta, técnico de atletismo, futebol e handebol, que também atuou como professor de educação física em diversos municípios do Estado;

- Marcílio Cesar Ramos Krieger, advogado, autor de obras como o Código Brasileiro Disciplinar, Comentários ao Código Brasileiro disciplinar de Futebol, Lei Pelé e Legislação Desportiva Brasileira Anotadas;

- Nildo Teixeira de Melo, o ex-jogador de futebol, que jogou no Botafogo Futebol e Regatas, do Rio de Janeiro e Bangu Futebol Clube. Também defendeu a Seleção Catarinense de Futebol, no antigo Campeonato Brasileiro de Seleções, além de jogar no Avaí e no Figueirense.

- Vitélio Jacinto Daniel, grande incentivador do esporte no Extremo-oeste, onde atuou como atleta, instrutor de natação, professor de educação física, técnico de handebol e árbitro, entre outras funções.

- Sociedade Ginástica de Joinville, que atualmente dedica-se a atividades sociais em sua sede e à prática do basquete.

Sessão comemora os 50 anos da Celesc

A Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A) foi homenageada em sessão solene na noite do dia 6, na Assembléia Legislativa, pelos seus 50 anos de implantação. A solenidade, cujos trabalhos foram abertos pelo presidente, deputado Julio Garcia (PFL), foi realizada atendendo proposição do vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e subscrita pelos líderes partidários.

Falando em nome das bancadas de situação, Nadal lembrou que a energia elétrica é fundamental e indispensável para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. A Celesc, enfatizou, tem um papel social importante, pois leva energia aos locais mais extremos de Santa Catarina. "Lembro como se fosse hoje do pequeno período em que atuei dentro da empresa, que consegue a cada ano alcançar prêmios expressivos de destaque por conta de seu desempenho", rememorou.

O vice-presidente disse ainda que os pequenos agricultores que moram em localidades afastadas, por exemplo, jamais teriam acesso à luz se a empresa fosse privada. "Esse agricultor dificilmente terá acesso ao telefone", comparou.

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP), funcionário de carreira da Celesc, falou em nome das bancadas de oposição, fazendo referência especial a três pessoas: o ex-governador Irineu Bornhausen, que criou a Celesc, o ex-diretor da em-



Jair Maurino recebeu a placa comemorativa em nome dos funcionários da estatal

presa, Milan Milash, e o atual diretor-presidente da estatal, Miguel Ximenes (PMDB). Milash, contou Lício, foi quem criou o Cati (Centro de Aprendizagem e Treinamento de Ilhota), em 1962, e o Cefa (Centro de Formação e Aperfeiçoamento), em 1970, em Florianópolis. O Cefa substituiu o Cati e existe até hoje.

O parlamentar enfatizou o trabalho de Milash e sua preocupação com a qualificação dos funcionários. Também elogiou o trabalho de Ximenes à frente da empresa. "Ele é a pessoa que tem a

responsabilidade de dirigir a empresa que conduz o desenvolvimento sócio-econômico do Estado", declarou. "Tenho certeza de que a Celesc, em suas mãos, terá um destino ainda mais promissor", disse Lício, que ingressou na empresa em 1979 e já foi diretor de distribuição por três vezes.

Homenagem - Os deputados Francisco Küster (PSDB), ex-presidente da Celesc, e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), ex-diretor financeiro da instituição, entregaram a Miguel Ximenes, em nome

do Poder Legislativo, uma placa comemorativa aos 50 anos. Jair Maurino Fonseca, representante dos empregados no Conselho de Administração da companhia, acompanhou a entrega da homenagem ao lado de Ximenes.

Ximenes relembrou alguns momentos da história da empresa, fundada em 9 de dezembro de 1955. De acordo com ele, o Plano de Obras e Equipamentos, o chamado POE, inicialmente reservava o papel de *holding* à Celesc. "Curiosamente um modelo ressuscitado recentemente por força da reformatação do setor elétrico nacional", ressaltou. Aprovado no último ano do governo de Irineu Bornhausen, o POE só seria executado nos dois governos seguintes: de Jorge Lacerda (1956/1958) e Heriberto Hülse (1958/1960). "Foi quando começou a heróica fase de expansão da Celesc", assinalou.

Também estavam presentes à sessão solene Paulo Konder Bornhausen, filho do ex-governador Irineu Bornhausen, o secretário executivo da Articulação Estadual, Lício Rosso (PMDB), representando o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), o presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Gilson dos Santos, e os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Gelson Sorgato (PMDB), João Henrique Blasi (PMDB), Manoel Mota (PMDB) e Vanio dos Santos (PT). (MAP)

Documentário *O Cárcere e a Rua* é exibido na capital

As detentas da Penitenciária Feminina de Florianópolis assistiram, na tarde do dia 1º, ao documentário *O Cárcere e a Rua*, da cineasta Liliana Sulzbach. Pouco antes de participar da projeção do filme, Liliana esteve na Assembléia Legislativa, onde concedeu entrevista coletiva na sala de imprensa.

O filme narra a vida de três detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Cláudia, que ficou presa durante 28 anos por roubo seguido de morte, Daniela, acusada de matar seu filho, e Bethania, presa por roubo. "Acompanhei a vida dessas três mulheres durante três anos e documentamos como ocorreu a adaptação dessas detentas, sua luta pela sobrevivência e seus anseios a respeito da liberdade", comentou.

Liliana, que também é jornalista e mestre em ciência política, comentou que escolheu fazer um documentário sobre detentas, porque o assunto povoa o imaginário da sociedade, já que é mais comum se falar e ouvir sobre presídios masculinos. "Um presídio feminino é muito diferente do masculino. Lá as

mulheres ficam isoladas, são abandonadas pela família e companheiros e acabam criando vínculos entre elas", contou.

Segundo a cineasta, o maior problema das detentas é como lidar com a liberdade, apesar dela ser muito desejada. "Quando a Cláudia passa para o regime semi-aberto, ela passa dois dias sem ter coragem de sair do presídio. Nossa equipe a acompanhou no primeiro dia e percebemos o seu temor em pegar um ônibus, por exemplo. Neste dia, ela só foi ao Mercado Público e comprou alguns cosméticos", comentou. De acordo com ela, o grande problema é que as detentas não têm nenhum tipo de suporte, como cursos profissionalizantes, por isso acabam com medo da liberdade. "Lá dentro elas têm uma identidade, um certo poder dentro daquela comunidade", completou.

O documentário também foi exibido no Espaço Cultural Rita Maria, terminal rodoviário de Florianópolis e, no dia 2, foi visto pelos adolescentes do Centro Educacional São Lucas, em São José, e por convidados diversos no Espaço Sol da Terra, na Lagoa da Conceição. (TK)

Florianópolis sedia encontro de legislativos estaduais

Servidores e deputados dos legislativos estaduais de todo o país participaram, de 7 a 9 de dezembro, em Florianópolis, do 17º Encontro da Fenal (Federação Nacional das Assembléias Legislativas e do Distrito Federal), neste ano debatendo o tema *O Poder Legislativo e a Ética*. O evento contou com a presença do presidente do Parlamento catarinense, deputado

Julio Garcia (PFL), do deputado Onofre Agostini (PFL), do presidente da Federação, o servidor do Legislativo da Bahia, Francisco Raposo, da vice-presidente da Fenal-Região Sul e presidente da Afalesc (Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa de Santa Catarina), Liciamara Farias Laus. "Nossa cidade é simples e tem um povo muito hospitaleiro e, como é uma ilha turística, aprendemos, desde pequenos, a receber com carinho nossos visitantes. E é assim

que damos às boas-vindas aos participantes deste encontro", disse Liciamara na abertura do encontro.

O presidente da Fenal, Francisco Raposo, enfatizou a importância de se fazer uma reflexão quanto ao papel do servidor na construção do Poder Legislativo e na transformação da sociedade. "O tema foi escolhido levando em consideração o momento político que envolve denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro", explicou.

A realização desse tipo de evento, para discutir o papel tanto dos servidores quanto dos parlamentares, enfatizou Julio Garcia, é essencial para que conceitos injustos por parte da sociedade, induzidos por uma minoria, sejam derubados. "Aqui o clima é diferente em relação às turbulências que vive o Congresso Nacional. Felizmente não temos essas mazelas por aqui além de vivermos um período muito singular de harmonia entre os poderes, no próprio Poder Legislativo e com relação aos servidores", frisou. (CA)



Presidente da Fenal (ao microfone): "Reflexão essencial para o serviço público"

Estatuto do Magistério Público está na pauta de discussões

Representantes do magistério público estadual participaram, no dia 1º de dezembro, da primeira reunião do Fórum Permanente do Estatuto do Magistério Público Estadual, presidido pela deputada Odete de Jesus (PL). Os profissionais da Educação estão preocupados com as alterações no quadro comparativo do Estatuto, implementado através da Lei nº 6.844/86. O governo está preparando uma proposta para efetivar algumas modificações.

Além da deputada Odete, os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Paulo Eccel (PT) e Lício Mauro da Silveira (PP) ouviram os representantes do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores na Educação da Rede Pública Estadual), Danilo Ledra, da Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia, Antônio Duarte, do Conselho Estadual de Educação, Adélcio Machado de Assis, e o gerente da Secretaria Regional da Educação, Ari César da Silva.

Rejeição - Segundo Ledra, o atual estatuto tem 224 artigos e o governo quer reduzi-los a 76. A proposta prevê a extinção da lotação na unidade escolar, estabelece regime de trabalho de 10 a 20 horas sema-

nais para o professor - atualmente são 10, 20, 30 e 40 horas semanais -, e permite apenas um dia de falta com apresentação de atestado médico. "Hoje, o professor é lotado em sua unidade escolar. Pela proposta, a lotação vai ser feita em Centros Municipais de Lotação. Na prática, isso não é só redução de direitos", avaliou Ledra.

Conforme a deputada Odete, muitos professores têm solicitado aos parlamenta-

res que votem contra a proposta, caso seja encaminhada da forma como está ao Parlamento. "Também sou educadora e sei da importância deste Estatuto, principalmente com relação ao plano de cargos e salários, que deve ser costurado neste projeto, já com o conhecimento dos parlamentares. Desta maneira, será mais fácil ser aprovado por esta Casa e sancionado pelo governador", disse a líder do PL. (TK/GMP/SCT)



Outras reuniões serão realizadas pelo Fórum para discutir o anteprojeto que o governo está elaborando

Adequação

O representante da Secretaria Regional da Educação, Ari César da Silva, assegurou que o governo quer discutir o anteprojeto com os professores e, por isso, o encaminhou às escolas e "permitiu que as aulas fossem suspensas por um dia", a fim dos professores debaterem o assunto. Silva, que é professor, garantiu ainda que a intenção é adequar direitos, não suprimi-los.

Conforme Antônio Adalberto Duarte, da Secretaria da Educação, o que existe é um pré-anteprojeto com as sugestões colhidas em cada regional. O deputado Dionei Walter da Silva (PT) solicitou cópia da proposta para distribuir aos parlamentares. "O magistério precisa estar atento à capacidade de mobilização da categoria para que possa impor certa pressão", alertou e cobrou do governo o Plano Estadual de Salários e o Plano de Cargos e Salários de diversas categorias. (TK/GMP/SCT)

Projeto amplia alcance das Organizações Sociais

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), realizou na manhã de terça-feira (6) audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 443/05, de origem governamental, que altera a Lei nº 12.929, de 2004, que instituiu o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais. A reunião foi proposta pelo deputado Paulo Eccel (PT), relator da matéria. Segundo ele, a abrangência do Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais será ampliada, caso a Assembleia aprove as alterações, abrangendo as áreas de comunicação, agropecuária e assistência social.

O sistema permite a parceria entre o setor público e privado para suprir a prestação de serviços aos cidadãos. Para Eccel, as OS são uma forma do Estado transferir suas incumbências a entidades privadas. O petista propôs ao líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), que seja retirado o regime de urgência, para aprofundar a discussão.

Os deputados Vanio dos Santos (PT) e Joares Ponticelli (PP) pediram o arquivamento da matéria. Ponticelli argumentou que esta é mais uma tentativa

do governo esvaziar a Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina)". Vanio sugeriu ao Ministério Público a fiscalização da estatal, para verificar o nível de terceirização. "A Caixa Econômica Federal estava terceirizando tudo e o Ministério Público obrigou a instituição a diminuir o número de terceirizados e mudar para funcionários contratados", contou.

Compartilhada - O coordenador da Intersindical da Agricultura, Nauro José Velho, classificou o projeto do Executivo com um passo para a "implantação do neoliberalismo", assinalando que com a administração através da iniciativa privada não vão mais haver licitação nem concursos públicos. Humberto Neto, gerente da Secretaria de Planejamento e Gestão, enfatizou que o projeto de lei foi apresentado justamente para cumprir com um Termo de Ajuste de Conduta proposto pelo Ministério Público. "O objetivo é uma gestão pública comparti-

lhada. Não há interesse em substituir o Estado por organizações sociais.", disse. Entretanto, o procurador de Justiça, Aurino Alves de Souza, considera que as alterações vão restringir o âmbito de fiscalização do MP e do Tribunal de Contas do Estado. "Se o primeiro projeto não era bom, este não melhora nada", sentenciou Souza.

Blasi reafirmou que o Executivo quer adequar a lei aprovada em 2004. "Não há nenhuma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que está em vigor há praticamente dois anos", disse, justificando sua negativa em atender as solicitações de retirada do regime de urgência para a tramitação do projeto." (DAB)



Modificações na lei das Organizações Sociais provocou polêmica na Comissão de Justiça

Relator apresenta pareceres às propostas orçamentárias

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) apresentou, no dia 7, na reunião da Comissão de Finanças e Tributação, os relatórios finais aos projetos que alteram o PPA (Plano Plurianual) para o período 2006/2007, e da Lei Orçamentária de 2006. O deputado Francisco Küster (PSDB) pediu vista aos relatórios.

Ao Projeto de Lei nº 397/05, que trata do PPA, foram encaminhadas 66 emendas, sendo apenas uma - acatada pelo deputado relator - de procedência governamental, do período em que o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), estava no exercício do governo do Estado. A proposta vincula recursos do Fundo Social às APAEs, cujo projeto, de autoria de Garcia, foi aprovado na tarde de terça-feira (6) em Plenário. Das demais emendas, o relator rejeitou três da bancada do PT, por estarem repetindo ações ou apresentarem valor inferior ao constante na LOA.

Dionei apresentou oito emendas, abrangendo ações apontadas pelo Orçamento Regionalizado. Foram apresentadas ainda três emendas individuais, uma delas do deputado Gelson Merísio (PFL), que prevê orçamento para pagamento de precatórios dos agentes prisionais. O autor afirma que o pagamento não foi efetuado sob o argumento da falta de dotação orçamentária.

Essa proposta recebeu manifestação de discordância do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que informou ser obrigatório que os precatórios constem no orçamento e sejam pagos na ordem determinada pela Justiça.

Outras emendas foram encaminhadas pelos deputados Onofre Agostini (PFL) e Reno Caramori (PP), para reforma de delegacias de polícia em Curitiba, Ponte Alta do Norte, Frei Rogério e Santa Cecília e para pavimentação e terraplenagem do trecho da SC-456/Fraiburgo/SC-451/Frei Rogério, respectivamente.

Orçamento

Ao Projeto de Lei nº 398/05, que estima a receita e as despesas do Estado para 2006, foram apresentadas 359 emendas, sendo 346 de origem legislativa. Foram 114 emendas da bancada do PP, duas do P-SOL, 65 do PT, cinco do PDT e 146 propostas individuais. Há ainda cinco emendas de procedência governamental que prevêem desenvolvimento de ações no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais; provisão de encargos com servidores inativos, pagamento de pensões e auxílios; alocação de recursos para participação no capital social da Ciasc (Companhia de Informática e Automação de Santa Catarina) e correções em decorrência de problemas técnicos. Ainda foram apresentadas três emendas de parlamentares para adequar a redação e quatro emendas do relator.

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) explicou que as emendas de sua autoria tratam de previsão orçamentária para reajuste aos servidores públicos estaduais; assegurar a elaboração do plano diretor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Ba-

cia Hidrográfica do Rio Uruguai, que havia sido excluída pelo Executivo tanto na LOA quanto no PPA; previsão de recursos destinados ao pagamento de inativos do Ipesc, em caso de insuficiência orçamentária, com recursos advindos da compensação de incrementos das atividades de cobrança dos contribuintes inadimplentes do Fundo Social e, ainda, valores que garantam pleno funcionamento do Corpo de Bombeiros Voluntários.

O deputado Vieirão comentou que o relator agiu com técnica e correção na elaboração dos pareceres sobre alteração do PPA 2006/2007 e do Orçamento de 2006. Ele diverge, no entanto, da inclusão como receita do Estado de recursos extra-orçamentários, como transferências da União e para os municípios. O progressista também defende a inclusão de "um artigo autorizativo ao aumento dos servidores". A peça orçamentária destina R\$ 10 milhões para ajustes dos servidores estaduais. (SD)

Audiência esclarece dúvidas sobre o PDVI da Celesc

Com o objetivo de esclarecer supostas irregularidades cometidas pela direção da Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) na implantação do PDVI (Plano de Demissão Voluntária e Incentivada), a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Vanio dos Santos (PT), realizou audiência pública na manhã de terça-feira (6), para debater o assunto. O encontro foi proposto pela bancada do PP (Partido Progressista). Presentes ao debate, os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Francisco Küster (PSDB), João Henrique Blasi (PMDB) e Lício Mauro da Silveira (PP). Participaram também os ex-presidentes da empresa, José Fernando Xavier Faraco e Carlos Rodolfo Schneider, o diretor financeiro, Gerson Berti, o representante da Intersindical, Sebastião Aurélio Marcos, e a procuradora do Ministério Público do Trabalho, Cristine Gehlen.

Por mais de três horas os participantes discutiram o assunto, cabendo aos ex-presidentes a apresentação da forma como foi instituído o plano e também para que a procuradora levasse suas denúncias ao conhecimento dos parlamentares.

Cristine Gehlen acabou por retirar-se abruptamente da audiência, depois de ouvir considerações e contestações aos processos iniciados pelo



Atitude da procuradora (primeira à esquerda) foi repudiada por todos os presentes

Ministério Público do Trabalho, acusando a Celesc de beneficiar alguns funcionários sem vantagem da empresa. A atitude da procuradora gerou reação da Comissão de Trabalho, que encaminhará ofício à Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho, registrando "a falta de respeito com o Parlamento".

Denúncias - Uma das supostas irregularidades no PDVI é a adesão de um advogado que, segundo a procuradora Cristine Gehlen, foi ilegalmente enquadrado e recebeu R\$ 11 mil du-

rante 96 meses. "Como uma empresa que precisa de 25 advogados para o setor jurídico aceita o pedido de advogado que está enquadrado ilegalmente?", questionou. Além disso, ela leu uma análise de técnicos do TCE (Tribunal de Contas do Estado), atribuindo à Celesc "um atentado ao preceito constitucional da moralidade administrativa" na implementação do plano de demissões.

Diante dessas manifestações, o deputado Vieirão questionou a legalidade da referência do Ministério Público do

Trabalho ao acatar a análise dos técnicos do TCE, quando deveria se ater à decisão do Pleno do TCE. Indignada, a procuradora retirou-se de maneira considerada ofensiva pelos deputados e pelos participantes da audiência pública.

Representando a Intersindical, Sebastião Marcos, juntamente com alguns funcionários, reafirmou a posição contrária ao PDVI, já que a reposição dos recursos humanos é muito baixa. Isso, conforme assinalou, tem criado deficiência de pessoal nas mais diversas especializações, além da falta de material de trabalho e de segurança.

Os deputados Küster, Blasi e Lício elogiaram a forma como foi apresentado o Plano e observaram que a empresa o instituiu de maneira coerente. "Esse Plano foi muito bem feito. Quero cumprimentar o Faraco e o Schneider pelo trabalho e ressaltar que nenhuma empresa agiu dessa forma com a coerência como foi demonstrada. Temos a consciência de que foi feito o correto", registrou Lício.

Vanio dos Santos informou que vai encaminhar os documentos recebidos, tanto da Procuradoria, que aponta supostas irregularidades, como dos ex-presidentes da Celesc, que mostram todo o processo do PDVI, para análise dos deputados integrantes da Comissão de Trabalho que vão definir os encaminhamentos após a avaliação. (CA)

Blumenau assina compromisso pela proteção infanto-juvenil

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Mulher e à Família, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), em parceria com o Ministério Público Estadual, prefeitura de Blumenau e FMSS (Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho), realizou a penúltima audiência pública da II Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas: contra os maus-tratos, a violência e a exploração sexual infanto-juvenil, em Blumenau, no dia 1º. A reunião contou com a participação de representantes dos poderes públicos municipal e estadual e da sociedade civil dos municípios que compõem a AMMVI (Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí), para elaborar um Termo de Compromisso.

O documento tem como propósito fomentar a mobilização social pela erradicação dos maus-tratos, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como produzir resoluções e compromissos em prol de sua proteção integral.



Ana Paula pediu engajamento e Kleinübing (ao seu lado) anunciou mais recursos

Segundo Ana Paula, somente neste ano o Brasil registrou 129.495 situações de violência, das quais 26% são casos de violência física doméstica, 14% de violência sexual, 18% de violência psicológica e 40% relacionados a denúncias de negligência.

“O aspecto mais grave desses indicadores é a constatação de que dentro de casa crianças e adolescentes têm seus direitos violados com mais frequência. Das denúncias registradas nos Conselhos Tutelares, 50% são contra os pais”, afirmou. (DAB)

Campanha

De acordo com Miguel Minguillo, coordenador do escritório de Santa Catarina da FMSS, as Jornadas surgiram da campanha O Amor é a Maior Herança, Cuide das Crianças, realizada pela RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação). “A pretensão desta campanha é articular a sociedade civil, para que juntos cobrem uma maior mobilização das políticas públicas”, explicou. Minguillo agradeceu ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa por “aceitarem o desafio”.

Durante a audiência, o prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing (PFL), anunciou que, para 2006, quer a ampliação para 70% no Fundo de Infância e Juventude e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Entre as ações apontadas no Termo de Compromisso está a adequação dos equipamentos dos Conselhos Tutelares em número suficiente, bem como de um local para seus serviços. Segundo a Diretora da Criança e do Adolescente, Maria Aparecida de Oliveira, os equipamentos hoje, além de insuficientes, estão ultrapassados. (DAB)

Desenvolvimento do turismo exige parceria

Profissionais, estudantes e empresários da área do turismo deram ênfase à necessidade das parcerias entre a indústria do turismo, entidades não-governamentais, sociedade civil organizada e governo para o desenvolvimento da atividade de maneira sustentável. Eles participaram, na noite do dia 1º, de audiência pública realizada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, requerida pelo seu presidente, deputado Sérgio Godinho (PSB). Entre os participantes do encontro, o presidente da ABIH-SC (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), João Eduardo Moritz, coordenadora do curso de Turismo e Hotelaria da Univali, Sílvia Cabral, o presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares em Santa Catarina, Tarcísio Schmidt, e o secretário municipal de Turismo de Florianópolis, Luís José Ferreira.

“Todas as regiões de Santa Catarina possuem algum tipo de atrativo que pode ser explorado. Não apenas no que se refere às belezas naturais, mas também às inúmeras etnias que compõem a cultura catarinense, o que colabora para uma rica gastronomia. Entretanto, precisamos discutir maneiras de se aproveitar mais esse potencial”, salientou o deputado.

João Moritz assegurou que o Estado tem todos os componentes necessários para atrair mais turistas, mas a atividade exige investi-

mentos. O diretor de planejamento da ABIH-SC, Luís Gonzaga Fonseca, apresentou alguns dados endossando as palavras de Moritz, e afirmou que a indústria hoteleira necessita ser parceira do governo, de entidades não-governamentais e da sociedade organizada para funcionar adequadamente e garantir sua sobrevivência. O turismo ideal, completou, implica em preservação do meio ambiente, ampliação de vias de acesso às regiões turísticas - como aeroportos e boas estradas, que também estimulam as viagens internas e garantia de atrativos durante todo o ano, para gerar trabalho, renda e desenvolvimento social.

Investimentos

Atualmente existem 2.200 hotéis em Santa Catarina, responsáveis pela geração de 44 mil empregos diretos, 132 mil indiretos, que gira um capital de mais de R\$ 1 bilhão por ano. Só em impostos o Estado arrecada mais de R\$ 160 milhões por ano. “Com base nesses números, podemos afirmar que investimentos nessa área são mais do que necessários, são vitais para a economia, visto quanto o Estado pode arrecadar só de impostos da indústria hoteleira”, comentou Fonseca.

A Secretaria de Turismo de Florianópolis está investindo, segundo Luís

Eduardo Guedes de Oliveira

Ferreira, na qualificação dos serviços. “Recebemos turistas cada vez mais qualificados, que precisam ser atendidos adequadamente. Temos que inserir no mercado profissionais gabaritados e trabalhar com políticas públicas que ofereçam um desenvolvimento sustentável na área”, frisou.

Sílvia Cabral informou que o número de formandos em Turismo e Hotelaria aumenta a cada ano, uma prova de que o Estado está se qualificando para o turismo. “Ainda precisamos enxergar o turismo como uma atividade econômica. Estamos formando pessoas empreendedoras, que precisam, também, de campo para atuarem. O trabalho precisa ser conjunto para que o turismo traga benefícios a todos”, avaliou.

Tarcísio Schmidt endossou o argumento, frisando que Santa Catarina possui, ao contrário da Região Nordeste, maior diversidade de paisagens e costumes, o que qualifica o Estado como um dos destinos turísticos mais completos do Brasil. “Temos neve, praias, hotéis-fazenda, parques temáticos, baleias, etc. Universidades e governos estadual e municipais, principalmente, precisam trabalhar juntos para que se alcance o posto de destino número um para os turistas brasileiros e estrangeiros”, relacionou.

Ao final do evento, e para mostrar um pouco dessa diversidade cultural, os convidados assistiram a uma apresentação do grupo de dança típica CTG Dança Planalto Lageano, que mostrou números típicos da serra catarinense. (TK)



Participantes puderam conferir apresentação de dança folclórica, um dos atrativos catarinenses

Projeto das APAEs recebe apoio unânime do Parlamento

As 185 APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Santa Catarina vão receber, mensalmente, 1% dos recursos do Fundo Social, o equivalente a R\$ 1 milhão, repassados a cada entidade de forma proporcional ao número de alunos regularmente matriculados. A matéria, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), enviada à Casa no dia 19 de outubro, quando ocupava interinamente o cargo de governador do Estado, foi aprovada como o Projeto de Lei nº 422/05, pela unanimidade dos 34 parlamentares presentes à sessão de terça-feira (6).

O presidente enfatizou que 185 escolas e mais de 15 mil alunos serão beneficiados com a nova lei, já a partir de janeiro. Os recursos, que podem chegar a mais de R\$ 1 milhão, vão garantir o planejamento das APAEs. "Este projeto não é pessoal. É um trabalho conjunto com os 40 parlamentares e o governo do Estado", comentou. Ele agradeceu ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). "Por ter me dado esta oportunidade, pois este projeto, com certeza, é um dos mais importantes já encaminhado a esta Casa", ressaltou.

Manifestações - O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, salientou que este será um grande passo para as APAEs continuarem a realizar "este trabalho tão importante para todos."

A deputada Odete de Jesus, líder do



Garcia (na tribuna): "Resultado do trabalho dos 40 parlamentares e do governo"

PL, agradeceu a Luiz Henrique da Silveira pela criação do Fundo Social e enfatizou que agora ele trará muitas alegrias para os pais de alunos excepcionais.

O deputado Sérgio Godinho (PSB) lembrou que as APAEs são instituições antigas, merecedoras de toda a atenção. "Sempre estou presente em eventos referentes às APAEs, pois acredito e acho fundamental esse trabalho que eles desenvolvem", disse.

O progressista Joares Ponticelli endossou: "Questionamos a distribuição do Fundo Social e, por enquanto, apenas este repasse para as APAEs apre-

senta um destino correto. O governador deveria seguir este exemplo", avaliou.

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, lembrou que sempre apoiou a proposta por acreditar no trabalho dos funcionários da entidade que, muitas vezes, fazem milagres para manter a estrutura das escolas. "Esperamos agora que os investimentos cheguem às APAEs", finalizou.

Líder da bancada, o petista Paulo Eccel parabenizou o deputado Julio Garcia pelo projeto. "Este é o tipo de projeto que deve se beneficiar com o Fundo Social", disse. (TK/RV)

Propostas ajudarão a combater violência infantil

O Plenário aprovou, na tarde de terça-feira (6), o Projeto de Lei nº 365/05, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que cria o Programa de Política Estadual de Prevenção, Identificação e Coibição de Práticas de Violência ou de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Batizado de *Radar*, visa dotar a rede estadual de ensino, de forma permanente, de ações e serviços de profissionais capazes de identificar indícios de prática de violência ou de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Conforme avaliação da deputada Simone, as principais causas da violência são o desrespeito aos direitos econômicos, sociais e culturais. Outra questão relacionada com a violência sexual é o modelo sócio-cultural incorporado à sociedade através de costumes, de crenças e das ideologias. O programa contribuirá com a Rede de Proteção do existente no Estado, tornando-se mais um instrumento e sua implementação mais um mecanismo para enfrentar o problema.

Na sessão plenária do dia 7, os deputados referendaram outra proposta da peemedebista, também visando o combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. O Projeto de Lei nº 420/05 cria o Programa Fiaser (Fundo para Infância e Adolescência do Servidor), e pretende estimular e centralizar doações de servidores públicos destinadas a luta pelo fim da violência infantil. (DAB/GMP)

Aprovados

Reforma administrativa

Após oito meses de discussão, com a formação de grupos de trabalho sob a coordenação do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), 1º Secretário da Assembléia Legislativa, foram aprovados por unanimidade na tarde de quarta-feira (7) o Projeto de Lei nº 515/05 e os projetos de Resolução nº 9/04 e nº 10/04, que tratam da reforma administrativa da Casa. Ao parabenizar os servidores pela elaboração da matéria, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), disse que duas premissas foram alcançadas: o respeito aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o consenso na criação de uma proposta que moderniza os trabalhos do Parlamento, com a possibilidade de realização de concurso público para diversas carreiras. (RV)

Quadro de vacinas

O quadro de vacinas infantis obrigatórias determinadas pelo Ministério da Saúde deverá ser impresso nas embalagens de leite dos tipos C e

B, conforme o Projeto de Lei nº 110/05, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), aprovado em Plenário na tarde do dia 7. A proposição determina que a Secretaria Estadual da Saúde, para facilitar o trabalho das empresas responsáveis pela confecção de embalagens, fornecerá o calendário atualizado de vacinas vigentes no Estado, além de fiscalizar o cumprimento da lei. (RV)

Inspeção de poluentes

O Plenário aprovou, na sessão de quarta-feira (7), o Projeto de Lei nº 440/05, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que obriga empreendimentos emissores de poluentes líquidos a instalarem caixas de inspeção.

A partir da sanção do governo, empreendimentos comerciais e industriais, potencialmente emissores de poluentes líquidos, deverão instalar uma caixa de inspeção na saída de efluentes gerados ou contidos em suas instalações, sejam eles provenientes da atividade comercial ou industrial ou de esgotamento fluvial ou pluvial. A meta, conforme Eccel, é aumentar as formas de fiscalização e punição aos empreendimentos potencialmente

emissores de poluentes líquidos, que transformam os rios catarinenses em esgotos a céu aberto. (DAB)

Desmonte

Aprovado o Projeto de Lei nº 438/05, que determina que somente poderão ser destinadas à comercialização em estabelecimentos de desmonte as peças e os acessórios dos veículos automotores que tenham a baixa do registro no Detran.

O projeto é de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB) e altera a redação do Artigo 4º da Lei nº 12.919, de 23 de janeiro de 2004. O parlamentar afirma que sua proposta vai dar maior segurança aos consumidores em relação à origem das peças e acessórios. (MAP)

Datas especiais

Para tornar oficial a data de 10 de novembro como o Dia do Cardiopata Catarinense, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) apresentou o Projeto de Lei nº 485/05, aprovado na tarde do dia 7. A doença atinge aproximadamente 10% da população de Santa Catarina.

Os garis de Santa Catarina também terão um dia específico, com a aprovação

do Projeto de Lei nº 474/05, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que institui no Estado o Dia do Gari, a ser comemorado em 16 de maio.

A denominação gari é proveniente do nome do empresário francês Aleixo Gary. Ele foi contratado em 1885 pelo governo carioca para fazer a limpeza das praias do Rio de Janeiro e a remoção de lixo da cidade para Ilha de Sapucaia, localizada no bairro Caju. O contrato encerrou-se em 1891. (MAP/RV)

Veto

O Plenário manteve o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 35/05, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que alterava dispositivo da Lei Complementar nº 156, de 1997. A mudança excluía dispositivo que prevê a cobrança de custas judiciais em função de pedido de desarquivamento de processos. O governo vetou a proposta sob o argumento de que é inconstitucional e contrária ao interesse público, acatando ainda argumentação contrária do presidente do Tribunal de Justiça, Jorge Mussi. (DAB)

PLENÁRIO

Blasi reafirma preocupação do governo com a Casan

Para o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), a retida do regime de urgência na tramitação da proposta do Executivo que reestrutura a Casan, é mais uma prova da preocupação do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). "É a prova concreta de que o governador quer um projeto que atenda às necessidades do gover-



Blasi: "Demonstração de respeito"

no, dos trabalhadores da estatal e dos catarinenses", sintetizou Blasi em discurso da tribuna no dia 1º.

Segundo Blasi, a atitude comprova, mais uma vez, "o respeito que LHS tem pelo Parlamento catarinense", o qual vai esperar que Fórum Parlamentar Permanente da Casan, presidido pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), ajude a aperfeiçoar o projeto. "O gover-

nador também quer a manutenção da Casan como empresa estatal", afirmou.

Blasi classificou alguns posicionamentos da oposição de "visão pessimista", que os impede de ver o que está sendo feito de bom no Estado. "Sabemos que há problemas com a segurança pública, faltam vagas em presídios, o número de efetivo nas ruas não é su-

ficiente. Mas também existe o problema da falta de repasse do governo federal aos governadores", justificou.

De acordo com ele, o jornal *O Globo* publicou matéria na qual relata que o governo federal teria disponíveis, no Orçamento deste ano, R\$ 640 milhões para a área da segurança. "Mas só foram repassados R\$ 54 milhões, ou seja, 8,45% do valor orçamentário", lamentou. (TK)

Progressista condena prêmio instituído pelo governo

Em pronunciamento no dia 30 de novembro, o deputado Joares Ponticelli (PP) criticou o Prêmio Descentralização: *Você Participa e Você Decide*, dirigido às crianças, jovens e adultos matriculados na rede pública estadual de ensino. O concurso promovido pelo governo do Estado destina-se a alunos do ensino público, da pré-escola ao ensino médio, bem como alunos da educação profissional e de jovens e adultos. A proposta é que através de desenhos, frases ou redações - dependendo da idade - os estudantes tratem do tema descentralização, modelo de gestão pública estadual.

Os vencedores em âmbito estadual receberão um *play station* e um aparelho de som - respectivamente para o primeiro e segundo colocado de cada categoria. A unidade escolar onde estão ma-



Ponticelli: "Governo usa estudantes"

triculados, ganham um projetor multimídia e um microcomputador - respectivamente para a escola do primeiro e segundo colocado. A solenidade de entrega dos prêmios da fase estadual foi marcada para o dia 8 de dezembro. Ponticelli acusou o governo de usar os estudantes para promover a descentralização.

Cartilha - Ponticelli enfatizou ainda a aprovação pelo Plenário do pedido de informação da sua bancada ao governo do Estado. Os progressistas querem saber quanto foi pago ao cartunista Ziraldo para a elaboração de uma cartilha sobre a descentralização, feita para ser distribuída nas escolas públicas do Estado. O PP quer saber também o custo total, quantas cartilhas foram confeccionadas e com que finalidade. (MAP)

Líder do P-SOL quer adiamento de prova da Udesc

A Fundação Udesc publicou uma nota no dia 3, determinando que os participantes da primeira fase do vestibular deverão realizar as provas da segunda etapa, programada para o próximo dia 18. "Face a problemas no processamento dos dados na realização da leitura ótica, de responsabilidade de empresa licitada e contratada para desenvolvimento dessa tarefa, detectou-se incorreções na leitura dos cartões-resposta, as quais modificam a listagem publicada dos candidatos classificados", diz o comunicado da instituição. "Todos os candidatos vão participar da segunda fase, cujo julgamento é subjetivo, pois os vestibulandos têm que responder a questões abertas e dissertativas, o que pode colocar todo o processo sob suspeição", avaliou o deputado Afrânio Boppré (P-SOL).



Boppré alertou para ações judiciais

sejam sanados os problemas com a correção das provas da primeira fase e que só depois seja realizada a segunda fase com os aprovados.

"A Assembléia não pode silenciar diante dessa situação. A Udesc não tem que se explicar com uma nota de apenas meia página, em que não cita nem o nome da empresa", disse o deputado. A nota informa ainda que a Comissão Permanente do Vestibular da Udesc decidiu pela confecção e conferência de nova listagem de classificação da primeira fase do Concurso Vestibular 2006/1, resgatando a pontuação real de cada candidato. Outro trecho da nota diz que "os candidatos levarão para a pontuação final os pontos corretamente obtidos nas duas fases, nos termos estabelecidos no edital". (MAP)

Ciclistas são homenageados

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), no início da sessão de quarta-feira (7), prestou homenagem aos ciclistas brusquenses Márcio May, tetracampeão da volta ciclística internacional de Santa Catarina, e Murilo Fischer, campeão do

ranking europeu - UCI Europe Tour - 2005.

Os dois atletas receberam placas de reconhecimento pelas conquistas obtidas, assim como por sua contribuição na divulgação de Santa Catarina, das mãos dos deputados Celestino Secco (PP) e Antônio

Aguiar (PMDB). O presidente da Federação Catarinense de Ciclismo, João Carlos de Andrade, ao usar a palavra, afirmou que "Santa Catarina é referência nacional no esporte por ter sediado a copa do mundo de mountain bike em 2005 e também será sede da copa no próximo ano. (SCT)

Eccel comenta audiência da CCJ

O deputado Paulo Eccel, líder do PT, comentou em Plenário, na tarde do dia 6, a audiência pública realizada naquela manhã na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para debater o Projeto de Lei nº 443/05, de origem governamental. A matéria altera a Lei nº 12.929, de 2004, que instituiu o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais. Eccel entende que o projeto amplia a lista das atividades que o governo pode terceirizar.

"O Estado se livra de algumas responsabilidades para fazer com que as entidades ocupem esse espaço", resumiu, salientando a criação do Icasa (Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária). A entidade, segundo ele, vai passar a desempenhar ações que são de responsabilidade do Es-



Líder do PT é contrário à alteração

tado, como a fiscalização da sanidade animal. Ele informou que o Instituto já começaria a funcionar assim que o projeto fosse aprovado. "Sabemos que o governo tem voto e que vai conseguir aprová-lo", lamentou.

Se aprovado, a Lei nº 12.929, de 4 de fevereiro de 2004, com as modificações intro-

duzidas pela Lei nº 13.343, de 10 de março de 2005, passa a vigorar com algumas alterações. Fica instituído o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços desempenhados por órgãos ou entidades públicas estaduais, para pessoas jurídicas de direito privado, de fins não-econômicos, no caso de associações civis ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à assistência social, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à agropecuária, à proteção e preservação do meio ambiente, à comunicação, à cultura, ao turismo, ao esporte, à saúde e ao planejamento e gestão, entre outras diretrizes dispostas no projeto. (MAP)

Polêmica envolvendo bombeiros volta ao debate

A deliberação da Comissão de Segurança Pública, no dia 30 de novembro, constituindo uma comissão envolvendo bombeiros militares, comunitários e voluntários e Agesc (Agência Reguladora dos Serviços Públicos), desencadeou novo debate na sessão plenária do dia 1º.

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) comentou a decisão, salientando que a proposta foi feita pelos parlamentares em audiência pública realizada há duas semanas. Os bombeiros militares contestam a legalidade dos serviços voluntários e a proposta de formar uma comissão foi acatada pela Abvesc (Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina), Fecabom (Federação Catarinense dos Bombeiros Comunitários), corporação dos bombeiros militares e pela Agesc. Foi uma sugestão dos deputados presentes a reunião dessas instituições, coordenada pelo Ministério Público, através do promotor Davi do Espírito Santo. A idéia é estabelecer os critérios mínimos para a certificação provisória até a aprovação de uma lei regulamentando o dispositivo constitucional que rege a matéria.

Crerios - Em aparte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) contestou o fato de apenas os bombeiros comunitários - vinculados aos bombeiros militares -, receberem a certificação. Os chamados voluntários recebem uma certificação precária.

Para Dionei, os bombeiros comunitários estão sendo "usados" pelos militares para a captação de recursos públicos,

como subvenções sociais, por exemplo. Ele afirmou ainda que os bombeiros militares estimulam a criação, nas respectivas cidades, de Associações de Bombeiros Comunitários. Vieirão explicou que os bombeiros comunitários ficam sediados no mesmo local que os militares e que, por isso, estes últimos acabam sendo beneficiados indiretamente com a vinda de recursos quando estes são investidos, por exemplo, em infra-estrutura.

Diferença - O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, ocupou a tribuna logo após o petista e explicou a diferença entre os bombeiros militares, comunitários e voluntários. Os comunitários, disse, são vinculados e comandados pelos militares. As associações de bombeiros voluntários são corporações privadas cuja atuação, salientou o peemedebista, é fundamental, já que os militares não conseguem atuar em todo o Estado. "Temos que estimulá-los e apoiá-los, mas não se pode colocar em pé de igualdade os bombeiros militares e voluntários", ponderou, defendendo o estabelecimento de critérios objetivos para a certificação.

Solidário à iniciativa do deputado Dionei, na "ação em defesa dos direitos dos bombeiros voluntários", o deputado Reno Caramori (PP) ressaltou que, por se tratar de um assunto de extrema importância para os municípios catarinenses, espera que o governo se sensibilize e verifique as possibilidades do Orçamento, através da Secretaria da Fazenda, para "regularizar a situação dos repasses às entidades". (MAP/TM)

Küster alerta para segurança de motoqueiros

O perigo de morte que correm os motoqueiros, seja em vias urbanas ou nas rodovias, foi um dos assuntos levados à tribuna pelo deputado Francisco Küster (PSDB), na sessão ordinária da manhã de quinta-feira (1º). O parlamentar alertou as autoridades, principalmente a Polícia Militar, para que façam esses "pilotos" terem mais

zelo pela própria vida e pela vida de terceiros, evitando o grande número de registros de acidentes com vítimas.

Küster disse que sentiu na própria pele o cuidado que o motorista de automóvel deve ter quando cruza com alguns motoqueiros que praticam, além da velocidade, a "costura" no trânsito, sem a menor preocupação.

Juros - Ele também reforçou o discurso que fez na sessão do dia anterior, quando manifestou-se contra a desaceleração da economia provocada pelos juros altos, a car-



Tucano pediu ação da PM

ga tributária elevada, as dificuldades do mercado externo devido à questão cambial, e as restrições do mercado interno. "Além disso, as tarifas públicas estão sendo majoradas sob uma orientação e uma blindagem estranha, subindo à revelia, por conta do governo federal. O governo tem que acelerar mais a queda dos juros, pois essa lentidão é anti-patriótica", enfatizou.

Empresa - Comovido pelo ato de coragem e responsabilidade da funcionária Nazedir Dias, da empresa Profplast, de Joinville, o tucano também leu em Plenário, trechos da carta a ele enviada pela operária. "Trabalham lá cerca de 150 pessoas, ou seja, 150 famílias, e tendo em vista a atual crise do desemprego, Nazedir e os demais colegas da fábrica criaram uma comissão para lutar pelo direito de continuarem empregados", resumiu Küster, que classificou a atitude da operária um exemplo de mobilização e a prova da "importância do associativismo". (CA/TM)



Audiência no dia 21, no Plenário, foi a primeira discussão mediada pelo Legislativo

Genésio elogia ações do governo na Amurel

As ações e recursos que o governo do Estado tem levado para a região da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna) foram elogiados pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), na sessão do dia 1º.

A descentralização, assinalou, tem levado aos quatro cantos do Estado uma "infinitude" de obras e recursos, principalmente para a Amurel, região que o parlamentar representa na Assembleia Legislativa. Em pouco mais de duas semanas, de acordo com o peemedebista, foram investidos na construção, ampliação e reforma de escolas da



Goulart: "Atenção especial"

região, mais de R\$ 6 milhões. A Escola Santo Anjo da Guard conforme Genésio, recebeu R\$ 1,369 milhão para as obras, enquanto a escola do bairro Morrotes foi "agraciada" com R\$ 1,3. "Todos os catarinenses sabem da atenção especial que nosso governador e o vice Eduard Pinho Moreira têm dado a Santa Catarina

nos mais diversos setores, principalmente na saúde, ações sociais e obras de infra-estrutura. Na educação, para se ter uma idéia, das 54 escolas estaduais da Amurel, 75% já foram contempladas com obras", comemorou. (CA)

Godinho pede liberação de créditos de ICMS

A crise que atinge há alguns meses os setores madeireiro e moveleiro, em decorrência da desvalorização do dólar, motivou o deputado Sérgio Godinho (PSB) a apresentar indicação, na tarde do dia 29, já encaminhada ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e ao presidente da Celesc, Miguel Ximenes. Godinho reivindica a liberação dos créditos decorrentes do ICMS.

Segundo o parlamentar, é necessário que os governos estadual e federal ajudem o setor, pois a crise já está provocando demissões. "Solicitamos providências para que os créditos decorrentes do ICMS, que as empresas do setor de base florestal possuem junto ao governo do Estado, possam ser utilizados para o pagamento de dívidas de

energia elétrica", explicou o parlamentar, afirmando que há disponíveis R\$ 10 milhões em créditos.

Geral - O deputado oposicionista Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), em aparte, disse que todos os setores que exportam estão passando por dificuldades. No ano passado, a cotação do dólar era de R\$ 3,80 e agora está em R\$ 2,20. "Claro que os exportadores estão ganhando menos. O problema é que não existe nenhum dispositivo na Lei Kandir que aponte essa prática", destacou. Vieirão cobrou a promessa feita pelo governo federal, de que aumentaria os recursos para serem transferidos a estados exportadores para compensá-los pelas perdas que têm com a isenção de ICMS. "Ainda é uma promessa", lamentou. (TK)

Vanio quer decisão da Comissão de Ética

O deputado Vanio dos Santos (PT) cobrou, na tarde do dia 9, uma posição da Comissão de Ética da Casa sobre sua representação pedindo a cassação do deputado Nelson Goetten (PFL), por quebra de decoro parlamentar.

Goetten leu em Plenário, no último dia 13 de setembro, uma carta na qual acusava o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, de valorizar apenas funcionários aliados ao PT ou que tenham

ligações com sindicatos e associações de gerentes. O texto também dizia que o deputado Vanio estava no comando de cinco regionais da CEF.

“Se depender de mim, este fato não será esquecido. Nelson Goetten leu uma carta mentirosa, na qual não havia nenhuma assinatura, o que pode me fazer pensar que ele mesmo poderia tê-la escrito, mas citando os funcionários da Caixa”, afirmou o deputado. (TM)



Petista diz que carta era mentirosa

Caramori alerta para a defesa sanitária animal

O deputado Reno Caramori (PP) leu em Plenário, no dia 10 de novembro, um documento da Câmara Nacional de Presidentes dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. A Carta de Brasília, datada de 23 de novembro, salienta que a confirmação do diagnóstico de focos de febre aftosa em áreas epidemiologicamente registradas pela OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) como livres com vacinação, comprova “a fragilidade nos programas de defesa.”

Conforme o progressista, a Câmara propõe, entre outras coi-



Caramori: “Perigo para o Estado”

sas, a reavaliação e atualização dos sistemas de vigilância e de-

fesa sanitária vigentes, a implementação de ações conjuntas e padronizadas em condutas sanitárias, em toda a América do Sul, e a ampliação do efetivo das estruturas funcionais, principalmente de médicos veterinários por meio da realização de concursos públicos, com remuneração compatível à importância da atividade, abolindo a prática de contratações temporárias e terceirizações.

“Essa preocupação não é só minha e da Câmara, mas de toda Santa Catarina e do Brasil”, salientou o progressista. (MAP)

Vieirão comenta suspensão de contrato

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão - (PP) questionou da tribuna, na sessão plenária de quinta-feira (1º), a realização de pregão eletrônico para a prestação de serviços de informática à Secretaria Estadual da Fazenda. A publicação das regras do pregão, segundo ele, foi feita um mês depois de três empresas de Joinville terem apresentado, ao secretário Max Bornholdt, proposta para a realização de consultoria e planejamento estratégico. Uma das empresas foi a vencedora do pregão com uma proposta com diferença de R\$ 10 mil em relação à proposta apresentada um mês antes. O Partido Progressista entrou com uma ação contra o Estado questionando o contrato, cujo valor é de R\$ 1,64 milhão.

A Justiça, contou Vieirão, mandou suspender o contrato no dia 20 de outubro, acatando os argumentos de quebra na igualdade em licitações, no tocante ao acesso a informações de



Progressista questiona pregão

prazo e regras. Além disso, a Justiça verificou uma “inegável” relação da empresa vencedora com o agente público (Fazenda), contrariando os princípios da isonomia e da moralidade administrativa. Vieirão acrescentou ainda que a modalidade de pregão eletrônico não pode ser usada para contratação de serviços de consultoria, de acordo com a Lei nº 12.337/03, combinada com o Decreto Governamental nº 105, de 2 de abril de 2003, que regulamentou a lei. (SD)

DOS GABINETES

Fundeb abrangerá creches

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT), garantiu em audiência pública no dia 29, na Câmara dos Deputados, que o atendimento de crianças de 0 a 3 anos (creches) será incluído no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). A informação é da deputada Ana Paula Lima, (PT), que participou da audiência acompanhada da vereadora petista Maria Emília de Souza, de Blumenau. Elas entregaram a Palocci, antes do início do encontro, um abaixo-assinado com 15 mil assinaturas colhidas pelo Fórum Blumenauense em Defesa da Educação Infantil.

A inclusão da educação infantil no Fundeb vinha sendo discutida há mais de quatro meses em todo o país e também teve recomendação do parecer da relatora, a deputada federal Iara Bernardi (PT/SP). Em Santa Catarina, Ana Paula vinha liderando uma campanha pró-educação infantil em várias regiões. Com a garantia de Palocci, os investimentos previstos originalmente no fundo vão aumentar em aproximadamente R\$ 200 milhões para incluir as creches.

O que é o Fundeb - O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) é um projeto de emenda constitucional do Ministério da Educação. Com duração de 14 anos (2006-2019), atenderá os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos e será implantado de forma gradativa nos quatro primeiros anos. (UW)

Esporte amador ganha incentivo

Agora é lei. O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) sancionou, e já está em vigor, proposta do líder do PFL na Assembléia Legislativa, deputado Antônio Ceron, que vai promover o esporte amador. Através da aplicação da Lei nº 13.571, os prêmios de “milhagem” oferecidos pelas empresas de transporte aéreo, decorrentes da aquisição de passagens por qualquer órgão do Poder Executivo (incluindo fundações, autarquias e sociedades de economia mista), serão vinculados à Fesporte (Fundação Catarinense de Desporto).

As passagens serão utilizadas exclusivamente para deslocamentos de atleta - individual ou equipe - de esporte amador para participar de competições nacionais ou internacionais. Os atletas deverão estar entre os destaques estaduais em sua modalidade para participar de competição oficial nacional ou internacional. Os atletas contemplados devem estar vinculados às federações esportivas de Santa Catarina e o uso das passagens/prêmio para deslocamentos de dirigentes, seja qual for a finalidade, é proibido. (CLR)

Caramori pede liberação de créditos

Por proposição do deputado Reno Caramori (PP), a Assembléia Legislativa encaminhou indicação ao governador do Estado e ao secretário estadual da Fazenda, solicitando a transferência imediata de crédito de ICMS para pagamento das contas de energia elétrica das empresas exportadoras catarinenses.

“As altas taxas de juros e a flutuação cambial causados pela estagnação da economia diante das políticas macroeconômicas dos governos, estão impondo sérios prejuízos a todas as empresas exportadoras catarinenses”, argumenta o deputado. Na prática, explica, as empresas exportadoras estão arcando com os custos do imposto pago na aquisição de insumos.

Caramori alerta que as empresas exportadoras catarinenses, principalmente aquelas ligadas ao setor madeireiro e moveleiro, possuem créditos de ICMS acumulados e, apesar de terem negociado com a Celesc a transferência destes créditos, estão sofrendo cortes no fornecimento de energia. “O problema é que a Secretaria de Estado da Fazenda não confirma o negócio e a Celesc ignora os acertos. Caramori cita também, em sua indicação, a Lei Kandir, de 1996, que desonerou as exportações e manteve para os exportadores o direito ao crédito do ICMS. (CP)

Ana Paula faz defesa da mulher

Dois encaminhamentos de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT) foram aprovados na sessão de quarta-feira (7). Ambos resultaram da audiência pública do Dia Internacional da Não-violência contra as Mulheres, realizada no dia 25 de novembro. O primeiro é uma indicação ao governo do Estado, solicitando a criação de uma Coordenação de Políticas Públicas para as Mulheres, vinculada diretamente ao gabinete do governador.

O outro, foi uma moção, também ao governador, solicitando que o Executivo assine um protocolo em defesa dos direitos das mulheres, o qual pretende implementar ações no combate à violência. A intenção é que o protocolo possa ser assinado ainda neste ano. O pleito é do Cedim (Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres). (DAB)

Moradores querem transformar Parque do Tabuleiro em Área de Proteção Ambiental

Representantes de mais de 15 mil moradores da região abrangida pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que inclui a Baixada do Massiambu e se estende a áreas nos municípios de Florianópolis, Garopaba, Paulo Lopes e Palhoça, discutiram no dia 5 a proposta de adequação de categoria (recategorização) desta Unidade de Conservação Ambiental. A audiência pública foi realizada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PSB), que também coordenou o debate proposto pelo deputado Vanio dos Santos (PT). O projeto de transformação de Parque em APA (Área de Proteção Ambiental), está sendo desenvolvido pela comunidade. Com a mudança para APA, todas as pessoas que habitam e trabalham na área terão direito a suas propriedades e, posteriormente, o direito a par-

ticipar e intervir na gestão do uso do solo na região.

O representante da Comissão que trabalha no projeto da recategorização, Alex Strey, disse que a proposta é a oportunidade que a comunidade do parque e adjacências está recebendo de se reinserir na natureza. A falta de comunicação e ação pró-ativa dos órgãos públicos gestores do Parque, segundo ele, levou a população local, representada por suas associações, a desencadear o trabalho. As Unidades de Conservação podem ser enquadradas em várias categorias. "A categoria **parque**, como é considerada hoje a Baixada do Massiambu, não permite que haja áreas urbanas e o uso produtivo da terra", detalhou. Por isso, salientou, todas as pessoas que hoje vivem na região deveriam ter sido indenizadas e deslocadas para outros lugares para que o governo tomasse posse definitiva das áreas do Parque.

As Associações da Ponta do Papagaio, Praia do Sono, Passagem, Mar Aberto, Pinheira, Praia de Cima, Guarda do Embaú, Morretes, Gamboa, Siriú, Garopaba, Paulo Lopes, prefeituras e câmaras de Vereadores de Garopaba, Paulo Lopes e Palhoça estão coordenando o trabalho, realizado por profissionais especializados. Depois de pronto, será encaminhado em forma de projeto de lei ao governador do Estado, já que este tipo de proposição só pode ser encaminhada pelo Executivo ao Parlamento. (CA/GMP/SD)



Deputado Vanio manifestou apoio ao projeto da comunidade

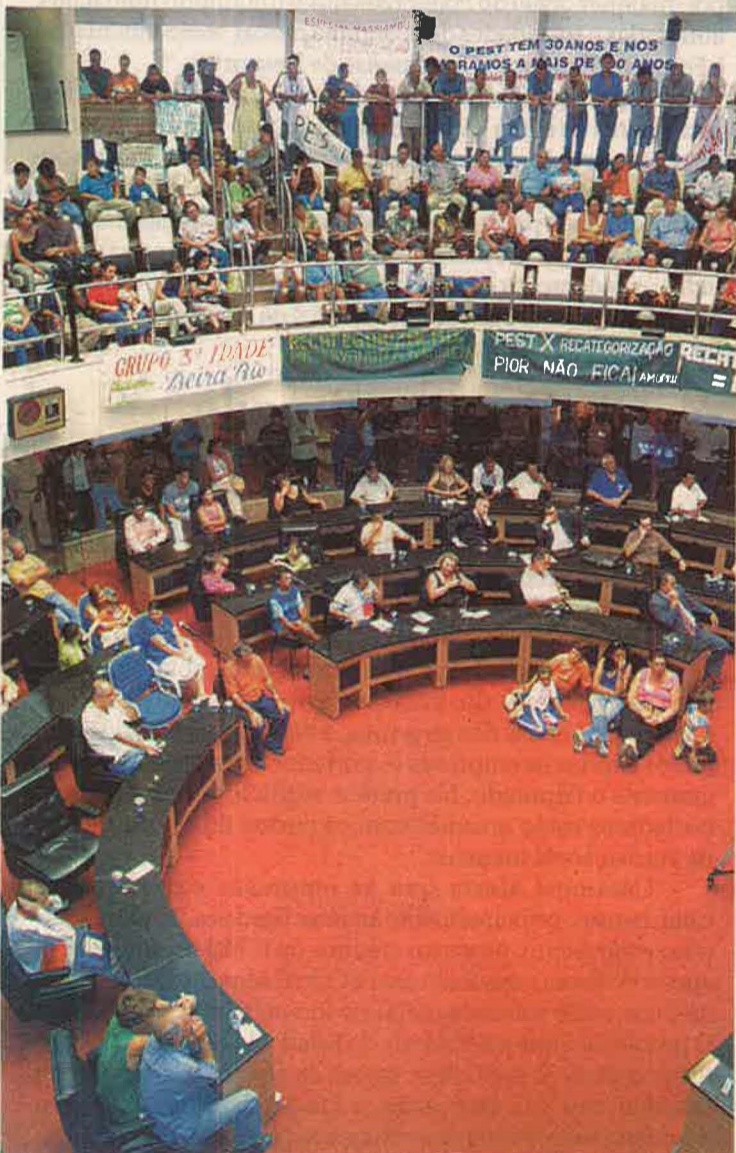
Entendimento

O deputado Vanio dos Santos (PT) discordou das afirmações do promotor de Justiça e cobrou das autoridades estaduais o asfaltamento na área de preservação e a concessão de autorização de transferências de escrituras. "Se a terra pertence ao Estado desde 1903, por que o governo tem autorizado os cartórios a realizar a transferência de escrituras? Hoje, os trabalhadores, pescadores, desempregados e pais de família estão sendo trata-

dos como criminosos. Por isso um ajuste de conduta é imprescindível", argumentou.

Em tom de desabafo e indignação, Dennis dos Reis, presidente da Amopran (Associação dos Moradores da Praia de Naufragados), localidade do sul da Ilha de Santa Catarina que também integra a área da Baixada, afirmou que os moradores "não são baratas ou criminosos para sair correndo quando o MP

(Ministério Público) bate o pé no chão". Ele classificou o termo de ajuste de conduta que está sendo proposto pelo MP de elitista. "Quem paga fica e quem não tem dinheiro é tratado como bandido. Só que não é assim. Eles nos deram o problema. E nós estamos aqui trazendo a solução. Quem precisa ajustar a sua conduta é o Ministério Público e a Fatma", enfatizou. (CA/GMP/SD)



Associações apostam na mudança para solucionar conflitos

Fatma e Ministério Público discordam da proposta

A diretora de Ecossistemas da instituição, Ana Verônica Cimdardi, que representou o presidente da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Sérgio Grando, disse que o órgão está "tomando ciência" da proposta da comunidade. A Baixada do Massiambu, localizada entre o rio do mesmo nome e o rio da Madre, é de propriedade do governo estadual e desde 1996 a Fundação busca uma solução, afirmou. De acordo com ela, naquele ano a Fatma encaminhou à PGE (Procuradoria Geral do Estado) o parecer jurídico para realização do levantamento dos loteamentos para que os moradores obtivessem a documentação dos imóveis. Mas a PGE informou que é impossível licenciar, pois a área é patrimônio público, independente de ser parque ou não. Foi questionada a proposta da comunidade, destacando que a "solução ideal" ainda não ocorreu, mas que "já existem

alguns indicativos para reduzir os conflitos existentes".

O promotor de Justiça, José Eduardo Cardoso, embora tendo conhecimento do projeto, como assinalou, reclamou não ter sido procurado pela comunidade, mesmo sendo ele o procurador do Meio Ambiente no município de Palhoça. "O promotor não tem poder de mudar as leis. Existe uma farta legislação de grande potencial restritivo para a Serra do Tabuleiro e a Baixada do Massiambu", ponderou. Além disso, avaliou, existe um crescimento desordenado na região, esgotos chegando ao mar e poluindo as praias de Palhoça. "Querem recategorizar para dentro do Parque para construir mais e gerar mais esgotos. Não sou contra o desenvolvimento sustentável, mas tem que ser dentro da lei", disse, categórico.

Ele destacou três pontos para orientação e posicionamento do Ministério Público sobre a área. O primeiro ponto é técnico. "Quando se fala em meio ambiente, se trata de direito intergeracional, que envolve o direito de pessoas que ainda não nasceram", ensinou. O segundo, é político. "São dezenas de leis, decretos e planos - federal, estadual ou municipal -, que estabelecem as regras de restrições", continuou. O terceiro ponto é jurídico. "Ações judiciais já foram julgadas favoravelmente e várias casas tiveram de ser lacradas. Não tenho outra alternativa senão cumprir a lei", completou. Para concluir, assinalou o promotor, a Ponta do Papagaio, Praia do Sono, Areia de Cima, Pinheira e Guarda do Embaú estão fora do Parque da Serra do Tabuleiro. "Como querem criar uma APA em uma região que não é afetada?", questionou. (CA/GMP/SD)